



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA MARIA FELIPE SANTOS

**TESSITURAS SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE
PEDAGOGIA/ UEPB/CAMPUS I**

**CAMPINA GRANDE - PB.
2019**

ANA MARIA FELIPE SANTOS

**TESSITURAS SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE
PEDAGOGIA/ UEPB/CAMPUS I**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Políticas Educacionais e Currículo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha.

**CAMPINA GRANDE - PB.
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237t Santos, Ana Maria Felipe.
Tessituras sobre o estágio supervisionado no curso de
Pedagogia/ UEPB/ *Campus I* [manuscrito] / Ana Maria Felipe
Santos. - 2019.
42 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Vagda Gutemberg Gonçalves
Rocha, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Estágio supervisionado. 2. Formação docente. 3.
Pedagogia. 4. Ensino superior. I. Título

21. ed. CDD 371.225

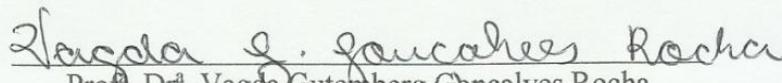
ANA MARIA FELIPE SANTOS

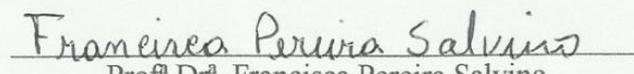
**TESSITURAS SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE
PEDAGOGIA/UEPB/CAMPUS I**

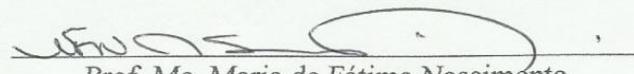
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Educação
da Universidade Estadual da Paraíba –
UEPB, como requisito parcial à obtenção do
título de licenciada em Pedagogia.
Área de concentração: Políticas
Educativas e Currículo.

Aprovada em: 20/08/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr.^a Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha
Orientadora (UEPB)


Prof.^a Dr.^a Francisca Pereira Salvino
Examinadora (UEPB)


Prof. Me. Maria de Fátima Nascimento
Examinadora (UEPB)

*Aos meus queridos Pais, pelo investimento
educacional;*

Aos meus queridos Pais, por tamanho amor;

Aos meus queridos Pais, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador de todas as coisas: amado *Deus*, por permitir a minha existência e a *Maria Santíssima* por me guiar na escuridão de minhas aflições.

À minha querida orientadora, professora *Vagda Gutemberg G. Rocha*: Muitíssimo obrigada por todo conhecimento teórico, pesquisa compartilhada, paciência, apoio e credibilidade a mim concedida. Obrigada por todas as conversas de incentivo, constante demonstração de carinho e preocupação para comigo. Recordo-me bem da mão estendida nos meus momentos de fraqueza e fragilidade. Tenho em ti, uma “mãe e amiga” que a universidade me presenteou e que eu tenho a satisfação de conviver. Comparo-te com um grande ponto de luz em minha vida e este faz-me um bem extraordinário! Obrigada.

Aos professores que fizeram parte da minha formação acadêmica: muitíssimo obrigada! Sou grata por cada incentivo, cada experiência ao longo dos componentes curriculares (inclusive dos Estágios), das extensões, PIBIC e PIBID dos quais participei durante o curso de Pedagogia. Em especial, destaco os professores que compõem a Banca Examinadora deste trabalho: professoras *Francisca Pereira Salvino* e *Maria de Fátima Nascimento de Sousa*, gratidão!

Aos meus queridos e amados pais: *Geraldo Santos* e *Maria do Socorro Felipe Santos* por me proporcionarem a mais singela forma de ser amada e cuidada! Vocês sempre fizeram o possível para a minha Formação Educacional e sou eternamente grata por todo apoio, confiança e orações. Hoje, torno-me Pedagoga (profissão que escolhi), com as bênçãos de *Deus* e o apoio de vocês.

Aos meus avós maternos e paternos: Francisco Felipe e Jovelina Felipe; Severino dos Santos e Geralda Santos; e aos meus tios: Luís Santos, Francisca da Conceição e João Felipe (*in memoriam* de todos). Vocês foram fundamentais desde a minha infância e acompanharam o meu anseio e desejo em tornar-me Professora, lembro até hoje dos conselhos e estes permanecem comigo em meu coração. E aos demais familiares, obrigada pela torcida.

Às minhas colegas de curso, destaco em especial: Francicleide e Débora (amigas da turma 2012.2), Nazaré, Nívia, Luana, Glaucy, (juntas compartilhamos nossos conhecimentos) e à Silas e Damião, em vocês depositei muitas das minhas lágrimas, tristezas, conquistas e alegrias e dessa forma, compartilho hoje também desta vitória.

Na condição de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo.

Paulo Freire

TESSITURAS DOS ESTÁGIOS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEPB

Ana Maria Felipe Santos¹

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar as contribuições do Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente de estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no *Campus I*. Para tanto, traz um breve histórico sobre a Pedagogia e sua institucionalização no Brasil. Em seguida, busca compreender a estrutura e contribuição dos Estágios Supervisionados nas licenciaturas e posteriormente faz um recorte dessa linha de pensamento para os Estágios Supervisionados da UEPB, no curso de Pedagogia, *Campus I*. Com efeito, esse objeto de estudo surgiu mediante observações e reflexões realizadas em campo de Estágio durante o curso de Pedagogia. Esta pesquisa é de cunho qualitativo e foi realizada através da plataforma online: *Formulários Google*, através de *link* disponibilizado através das redes sociais (*Facebook, Messenger e WhastsApp*) para alunos do curso de Pedagogia, professores de Estágio e gestores escolares das unidades que recebem estagiários, num total de vinte e oito contribuintes. Através desta pesquisa obteve-se os seguintes resultados: a carga horária dos Estágios é satisfatória e os Estágios Supervisionados contribuem significativamente na formação docente; há dificuldades na realização das atividades do Plano de Estágio e também há resistência para receber os estagiários nas instituições de ensino. Por fim, atinge-se, através do estágio vivência, ainda que rápida com pessoas com deficiência, e isso é positivo na formação do Pedagogo. Os relatórios ao final do componente curricular de Estágio Supervisionado, além de sistematizarem a vivência, provocam reflexão sobre esta e suas contribuições para a vida profissional.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado. Formação Docente. Pedagogia. Ensino Superior.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.

E-mail: anamariafelipe.21@gmail.com

TESSITURES IN SUPERVISED INTERSHIP OF UEPB'S PEDAGOGY GRADUATION COURSE

ABSTRACT

This scientific work aims to analyse the benefits of Supervised Internship as well as its importance to teacher training of postgraduate students in pedagogy area of study at State University of Paraiba – (UEPB) - Campus I. Initially, this work brings a brief history about pedagogy and its institutionalization at Brazil. Then, seek to understand the structure and contribution of Supervised Internships in graduation teaching courses and, posteriorly, within this last topic, focusing on Supervised Internships in the pedagogy area at UEPB – Campus I. As an effect of that, this study object emerged from reflections during observations realized in internships that are part of Pedagogy Graduation Course curriculum. This research was of a qualitative nature using an *online* questionnaire through a platform called *Google Forms*, providing the survey link in different social media (*Facebook, Messenger and WhatsApp*) to students of pedagogy graduate course, professors involved in the pedagogy internship program and school managers of institutions that received pedagogy internship students in their institutions, totalizing twenty-eight answers. Through this research, those are the following results: the internship workload is satisfactory and the Supervised Internships contribute significantly to the Teacher Training; there are difficulties in performing the internship plan activities and also, there are resistance in receive pedagogy internship students in the educational institutions. Lastly, Supervised Internship reaches all kinds of people including those with disabilities, through the experience during the activity mentioned, which is extremely positive to the pedagogue professional formation. The reports, in the end of module Supervised Internship, besides contribute to that experience improvement, provoke reflections in the pedagogy students about its future professional life.

Keywords: Supervised Internship. Teacher Training. Pedagogy. Higher Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação;

CFE - Conselho Federal de Educação;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos;

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

MEC - Ministério de Educação e Cultura;

PABAEE - Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar;

PPC - Projeto Político Pedagógico;

PPP - Projeto Pedagógico de Curso;

PROGRAD - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação;

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL.....	13
2.1 O Estágio nos cursos de licenciatura.....	19
2.2 O Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia na UEPB.....	21
3 CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA VOZ DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA	28
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre o Estágio Supervisionado é um desafio importante e necessário à formação acadêmica de todo licenciando, inclusive para o Pedagogo. Explorar esta temática nos possibilitou pensar sobre o curso, sobre o que aprendemos ao longo deste, bem como a realização dos Estágios, seus percalços, mas, também as contribuições possíveis de serem incorporadas ao nosso perfil profissional. Assim, objetivamos analisar as contribuições do Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente de estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no *Campus I*.

Nessa perspectiva discutimos a importância e a contribuição do Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia da UEPB para a formação dos profissionais de Educação em Pedagogia, bem como na construção de sua identidade docente. Discutir, refletir sobre o Estágio Supervisionado constitui-se já como uma reflexão acerca da prática docente. Nas palavras de Freire (2014, p. 40): O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento epistemológico” da prática enquanto objeto de análise deve dela “aproximá-lo” ao máximo.

A partir do referido autor, deferimos que somos envolvidos cotidianamente nas reflexões das práticas de ensino, das dificuldades existentes no ambiente escolar e nas propostas fruto das análises e das próprias reflexões que tendem a melhorar a cada dia o nosso ato de ensinar e a amplitude do campo de visão do educador. Nessa perspectiva nos colocamos como sujeitos do conhecimento e não apenas como seus reprodutores. Somos seres pensantes, contribuintes do processo de ensino e aprendizagem.

O nosso objetivo geral é analisar quais são as contribuições dos Estágios Supervisionados para a formação docente dos alunos graduandos do curso de Pedagogia do Campus I da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E os objetivos específicos são: descrever brevemente sobre o curso de Pedagogia no Brasil; discorrer sobre o Estágio nos cursos de licenciatura; discutir sobre o Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia na UEPB, *Campus I*; e por fim, analisar as contribuições do Estágio Supervisionado na voz de estudantes do curso de Pedagogia.

O texto encontra-se organizado dois momentos. O primeiro “*Sobre o Curso de Pedagogia no Brasil*”, permite-nos um preâmbulo pelo surgimento da Pedagogia e sua institucionalização da Pedagogia no Brasil. Este, é subdividido em outras duas partes: “*O Estágio nos cursos de licenciatura*” e “*O Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia na UEPB, Campus I*”. No último capítulo, discorreremos escrevendo sobre o percurso da pesquisa, partindo de uma abordagem qualitativa com análise dos dados obtidos na aplicação dos questionários.

2 SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL

Pedagogia, por ser uma área bastante ampla, aponta-nos caminhos plurais de reflexões acerca de objetos diversos. Este trabalho destaca o Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia frente à demanda da formação profissional do pedagogo e à legislação que institui tal formação. Para tanto, faz-se necessário compreender a trajetória deste curso no país, bem como algumas concepções de Estágio. Assim, iniciamos com um breve preâmbulo do Curso de Pedagogia no Brasil e, após, abordamos o Estágio Supervisionado desenvolvido na docência, em específico, no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Entende-se que a terminologia Pedagogia² surgiu ainda na Antiga Grécia, período em que era comum a existência do termo “Paidagogós”, no qual “Paidos” se referia à criança e “gogós” seria derivada do termo radical “gogia”, tradução dos verbos levar/conduzir. Desta forma, Pedagogia significava “conduzir a criança”, ação endereçada a um escravo incumbido de levar as crianças para a escola e supervisionar de perto todo o aprendizado. Com o passar do tempo, o termo pedagogia³, ganha sentido mais amplo. Nos séculos XVII e XVIII ganham destaque às propostas educacionais e metodológicas na discussão do conceito de infância e são memoráveis as contribuições de Comenius (1592-1670) e Rousseau (1712-1778). Já no século XIX e início do século XX, as pesquisas se estendem no campo da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, com ênfase na criança, principalmente a respeito das metodologias, dando origem a movimentos como o da Escola Nova. E ao longo do século XX a Pedagogia se institucionaliza como campo de conhecimento científico e profissional.

No Brasil, o curso de Pedagogia surgiu na década de 1930, “Era” vigente do governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Em estudos diversos, (FREITAS, 2003; SAVIANI, 2008; ROMANELLI, 1980; ROCHA, 2012) denota-se que, anteriormente, a formação do professor era realizada unicamente através da Escola Normal. A chegada do Curso de Pedagogia ao país foi concomitante a grandes movimentos e lutas que reivindicavam direitos sociais e políticos, a exemplo da “Reforma do Ensino Superior”, que reivindicava aumento de vagas para os estudantes (restrito na época para ricos e nobres) foi

² Ver <https://www.significadosbr.com.br/pedagogia>

³ Interpretado do vídeo “Pedagogia, da Grécia Antiga aos tempos modernos e atualidade” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Sc-hHUsMKM>

marcada por mudanças, inclusive a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, posteriormente, Ministério da Educação e Saúde Pública⁴ (SILVA, 2017).

O Curso de Pedagogia, inicialmente, inserido na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil visava, inicialmente, apenas à formação acadêmica, seguindo a linha dos bacharelados. Desse modo, compreende-se a partir de pesquisas e estudos da área, que o Curso de Pedagogia obteve sua primeira regulamentação em 1939, com a Reforma de Francisco Campos, através do Decreto Lei nº 1.190. E para Brzezinski (1996, p. 8):

O primeiro perfil do curso de Pedagogia foi delineado com contorno ambíguo. O curso se configurou em decorrência da implantação do *disciplinamento* exigido em lei, que padronizou todos os cursos de Licenciatura, em um esquema que passou a ser conhecido por “Esquema 3+1”. Formava-se professor (licenciado) o bacharel que, depois de integralizar três anos de estudos a respeito do conteúdo específico de uma das matérias curriculares do ensino secundário, viesse a frequentar mais um ano de Didática.

Com efeito, o curso de Pedagogia consistia em formar “Técnicos em Educação” (bacharel) e posteriormente, seguiria para o viés da Didática e unicamente dessa forma teriam o aporte da docência para tão somente ser considerado “Pedagogo Professor”. Essa formação compreendia 03 anos no bacharelado e 01 ano na “Didática da Pedagogia”, resultando no esquema “3+1” citado acima. Em 1940, essa regra foi incorporada ao currículo. O acréscimo de um ano dedicado à Didática era condicionado aos estudos da Didática Geral e Didática Especial, como retrata Michalovicz (2015), uma vez que as demais disciplinas já estavam inseridas no curso de bacharelado (dentre elas: Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação).

A partir dos anos 1960, forma-se o pedagogo a níveis de bacharelado e licenciatura sob o Parecer CFE (Conselho Federal de Educação) Nº 251/62 de autoria do Professor Valnir Chagas. Neste parecer já constava a necessidade de o Pedagogo tornar-se professor das disciplinas dos cursos de magistério (normal), enquanto o Parecer Nº 252/69 (também de autoria do Professor Valnir Chagas) conforme Silva (1999), definia a distinção entre as categorias de bacharel e licenciado em Pedagogia. Assim, instituía-se a formação dos especialistas em educação com habilitação em Administração e Inspeção Escolar, Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional.

⁴ Anteriormente, havia o **Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos**, criado em 1890. Em 1953 é criado o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1985, é criado o Ministério da Cultura, entretanto, o apenas Ministério da Educação conserva a mesma sigla.

A formação dos técnicos em educação era realizada, inicialmente, através do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), existente nos anos de 1956 a 1964, durante o governo de Juscelino Kubitschek, com seu fim no governo de Castelo Branco. O PABAE foi executado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) junto ao Ministério de Educação e Cultura (MEC). Estrategicamente, foram pensadas inúmeras campanhas educacionais objetivando reverter “o quadro problemático da educação brasileira”, visto que, também naquele momento, a professora do ensino primário era culpabilizada pela precariedade do ensino oferecido no país (WASCHINEWSK e RABELO, 2017, p. 541) e, para tal, uma das ações dizia respeito, especificamente, à formação de professores, bem como dos técnicos em educação. Chamou-nos atenção a postura da professora exigida à época. De acordo com Fontoura (1959) *apud* Inácio e Ribeiro (2009, p. 03), ser professora exigia:

[...] ter qualidades físicas (boa saúde, boa audição, expressão de olhar, voz afável, porte correto do corpo, apresentação e vestuário), qualidades intelectuais (capacidade didática, conhecimento da língua, conhecimento da matéria, inteligência, tato psicológico, bom senso, espírito de liderança, clareza de expressão e cultura geral), qualidades morais (espírito religioso, idealismo, amor a criança, bondade e espírito de justiça, boa conduta moral, entusiasmo, companheirismo, alegria, bom humor, auto-domínio e paciência, espírito renovador, cortesia, disciplina e obediência, assiduidade e pontualidade). Essas qualidades deveriam manter-se tanto dentro quanto fora da sala de aula e da escola, pois ser professora era ser integralmente.

Desta forma, na seleção das candidatas, buscava-se tais atribuições. Durante o PABAE esse modelo foi conservado, tendo em vista que esse modelo era ainda predominante no país e grande parte da população era analfabeta. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950 ainda se contava com um percentual de 50,6% de analfabetos, considerando a população com 15 anos ou mais de idade. Eram muitos os que precisavam ir à escola. Eram muitos os que precisavam de preparação para um país em desenvolvimento, como era o Brasil na época, inclusive no *slogan* do governo Kubitschek “Desenvolver cinquenta anos em cinco”. Conforme Waschinewski e Rabelo (2018, p. 293),

Ser professora exigia construir uma representação, que em princípio estava pautada na imagem da mulher séria e recatada, construída em uma postura fechada e discreta. As professoras normalistas eram as jovens que estudavam na Escola Normal (o que compreendia o ensino secundário) e, após concluírem o ensino normal se tornavam professoras dos primeiros anos do ensino elementar.

Vê-se que existia de fato, uma representação de imagem da professora perfeita para a época em destaque. Era necessário adequar-se aos princípios de seriedade e compostura, bem como portar de toda discrição. Nessa conjuntura, já existiam mais professoras (sexo feminino) do que professores (sexo masculino), e a formação se dava através da Escola Normal. O intuito era alfabetizar o máximo de alunos possíveis para que estes, assim que instruídos, adentrassem na era da modernidade e progresso do País.

Dentre os objetivos do PABAE⁵ se estabelecia também a elaboração de materiais didáticos para o aperfeiçoamento das professoras primárias, além da tradução e aquisição de novas obras, e claro a implementação de manuais para o ensino do PABAE. Sobre os manuais, estes eram uma coleção e consistiam também em orientar todo o cotidiano escolar e a rotina de sala de aula, com “prescrições” e instruções muito detalhadas encontradas na “Biblioteca de Orientação da Professora Primária”, base de pesquisa imprescindível da história da educação brasileira. Evidenciamos assim, que para alcançar a meta, o PABAE focalizou em dois objetivos principais: “aperfeiçoamento dos professores/as e produção de materiais didáticos” que serviria de aporte para o trabalho da professora primária. E no que diz respeito aos custos:

O governo federal, por intermédio do INEP, comprometeu-se a custear a suplementação de salários dos técnicos brasileiros, as passagens de ida das professoras brasileiras aos EUA, as bolsas de estudos e transportes, a compra de materiais e sediar espaços para a realização das formações em seus prédios, sendo que o INEP apoiou o Programa com a doação de livros e material didático (PAIVA; PAIXÃO, 2002 *apud* WASCHINEWSKI E RABELO 2017, p. 540).

A situação política e econômica que o Brasil vivia, fez com que a década de 1980 ficasse conhecida como Década Perdida (termo designado a partir das sucessivas crises econômicas). Esta foi palco de inúmeros levantes de movimentos sociais e da economia estagnada do país, sem conseguir adaptar-se aos modelos econômicos mundiais. Os referidos movimentos reivindicavam, para além da democracia, demandas bastantes particulares, como os exemplificados por Mutzenberg (2011, p. 4) .

⁵ A formação no PABAE se deu, inicialmente, em Indiana, EUA. As professoras que fizeram tal curso, ao retornar ao Brasil, estavam incumbidas e replicá-lo junto às demais professoras e, principalmente, às estudantes, seja do Curso Normal, seja do Curso de Pedagogia ao longo do país. Segundo Waschinewski e Rabelo (2017, p. 241): “1. Aperfeiçoar grupos de professores para escolas normais do Brasil, e orientadoras do ensino primário. 2. Produzir ou adaptar materiais didáticos para serem usados nos treinamentos de professores, e distribuí-los. 3. Selecionar professores competentes a fim de enviá-los aos Estados Unidos para um curso em educação elementar” eram pontos exigidos no PABAE.

[...] a) movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais (gênero, geração, portadores de necessidades especiais, imigrantes, territoriais, étnico-raciais, religiosos etc.); b) movimentos de lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho, tanto rurais como urbanos (terra, trabalho, equipamentos coletivos, habitação etc.); e c) movimentos globais ou globalizantes (Fórum Social Mundial, Via Campesina, Jornada Ação Global dos Povos etc.)

Em 1992, nasce a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE⁶), com natureza político-acadêmica, oriunda do movimento dos educadores que persistiram desde a década de 1970. Atualmente, é ícone de referência frente às pesquisas, estudos, debates e reflexões acerca da formação docente e da valorização da profissão nos “Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente”. São vastas as suas contribuições perante os desafios da educação brasileira e permanece até hoje atuante no quadro de debates e análises das políticas públicas no campo educacional e também na organização dos cursos de formação de professores. Com efeito, os movimentos de educadores são marcos históricos na concepção da Base Comum Nacional, sendo que esta define um perfil de docente a ser formado, tendo como lastro principal uma sólida formação teórica (documento criado em 1983, no I Encontro Nacional de Belo Horizonte).

Dentre estas demandas apresentadas pela sociedade, estão as educacionais, especificamente as que se referem à não mais formação de técnicos educacionais, uma vez que estes eram compreendidos como aqueles que sectarizavam o trabalho pedagógico nas escolas. Eram, inclusive, acusados de idiotizar o professor, dada à forma como os planejamentos eram desenvolvidos, neste caso, os técnicos, em específico o supervisor escolar era acusado de não orientar, mas de fornecer planos de aula a serem desenvolvidos pelos professores em sala (FERREIRA, 1982). Depreendemos que a demanda pela não formação de apenas técnicos em educação foi atendida na medida em que apenas algumas universidades, em alguns estados brasileiros continuaram ofertando tal formação, a exemplo de universidades em São Paulo e da Universidade Estadual na Paraíba (UEPB⁷), UNIPÊ⁸ e Faculdade Francisco Mascarenhas⁹, na Paraíba.

Em 1996 é instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e por meio desta são direcionados todos os debates e

⁶ <https://blogdaanfope.wordpress.com/about/>

⁷ Instituição de ensino superior pública estadual.

⁸ Instituição de ensino superior privada.

⁹ Instituição de ensino superior privada, hoje, Faculdades Integradas de Patos.

discussões acerca do sistema educacional brasileiro, inclusive com as devidas orientações para o perfil de pedagogo a ser formado a partir desde então. Entendemos que a lei supracitada atende, em certa medida, aos anseios da ANFOPE, dentre outras entidades representativas de docentes, uma vez que esta estabelece a docência como formação precípua do pedagogo, conforme Título VI da LDB:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;

IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do *caput* do art. 36; e

V – profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (p. 41).

Observamos que o Art. 61 orienta a considerar como profissional da educação básica, o indivíduo com formação em curso superior (licenciaturas), nível médio (Normal) e normal superior, em efetivo exercício na educação. Por vezes, são professores com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*. No caso da pós-graduação *lato sensu*, esta é considerada como uma complementação pedagógica de acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE)¹⁰, para somente assim exercer o ofício da profissão na educação básica. Para tanto, toda formação requer preparação e no Parágrafo 1º do Art. 67, nos diz que: “A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino”, ou seja, é imprescindível obter a experiência docente e parte desta provém dos estágios supervisionados, realizados pelos profissionais ainda quando discentes. A seguir, discutimos o estágio supervisionado nos cursos de licenciatura e, mais detidamente, no Curso de Pedagogia da UEPB, *Campus I*.

¹⁰ Os formados em Esquema I ou II ou no Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em Nível Médio.

2.1 O Estágio nos cursos de licenciatura

Pode-se dizer que Estágio é o exercício prático de conhecimentos numa determinada área. Nessa concepção é sensato rever constantemente a formação dos futuros profissionais a fim de voltar-se para a reflexão da própria prática e observação da prática de outros na mesma função. Nesse período, todo e qualquer aluno dos diversos cursos de licenciatura torna-se aprendiz da profissão em estudo. É um longo processo na formação acadêmica e, de acordo com algumas observações coletadas informalmente, alguns alunos não compreendem logo de início o porquê do contato com a prática educativa só ser disponibilizada com os Estágios Supervisionados a partir da metade do curso. São comuns comentários do tipo: “esse curso é muito teórico” ou então “não vejo a hora de começar a parte prática do curso”, etc.

Nessa perspectiva, mobiliza-se todos os conhecimentos apreendidos em cada componente curricular para servir de subsídio durante a prática docente. Por isso, que ela (a prática) só acontece depois que a teoria (principalmente os Fundamentos da Educação) já estão sendo estudados, pois acredita-se que esta prática deve estar baseada na teoria. Segundo Saviani (2008, p. 126):

[...] a prática igualmente depende da teoria, já que sua consistência é determinada pela teoria. Assim, sem a teoria a prática resulta cega, tateante, perdendo sua característica específica de atividade humana. Com efeito, a ação humana é uma atividade adequada a finalidades, isto é guiada por um objetivo que se procura atingir.

Assim, o componente curricular Estágio Supervisionado, na licenciatura auxilia na compreensão do fazer docente, bem como no funcionamento das atividades educacionais. Nesta formulação de ideias não há como não pensar a respeito da Formação Inicial sem fazer referência aos Estágios Supervisionados existentes nos cursos de licenciatura, principalmente no de Pedagogia. Para Barreiro (2006, p. 21):

[...] a Formação Inicial e o Estágio devem pautar-se pela investigação da realidade, por uma prática intencional, de modo que as ações sejam marcadas por processos reflexivos entre os professores-formadores e os futuros professores, ao examinarem, questionarem e avaliarem criticamente seu fazer, o seu pensar e a sua prática.

Com efeito, o Estágio, num primeiro momento, segue com a intenção de investigar como a escola e a sala de aula funcionam. Cada estagiário fica incumbido de observar e, num segundo momento, o objeto de Estágio é a atuação enquanto docente, direcionada de

acordo com a formação inicial estabelecida na licenciatura.

Cada ação executada pelos estagiários implica atitudes rotineiras próprias da relação ensino-aprendizagem vivenciada por professores e alunos. A prática desenvolvida no Estágio é intencional, pois esta é pensada e planejada com objetivo traçado a curto e/ou médio prazo. A intencionalidade é que faz a ação acontecer e ela é reflexiva no momento que propicia aos indivíduos uma análise (mesmo que breve) de suas atitudes e dos métodos utilizados para conseguir realizá-la em todo tempo.

O Estágio Supervisionado acontece desde sempre nos cursos de formação docente. Todavia, em tempos idos, o Estágio Supervisionado era antecedido por aulas de “demonstração”. Nestas aulas, o professor ou um supervisor fazia a regência de uma aula para apreciação de seus alunos. Posteriormente, também os estudantes do curso de magistério ou das licenciaturas faziam também a demonstração. A organização dessas aulas envolvia planejamento e ambientação das salas de aula. O estudante ia a campo apenas após ser aprovado nestas aulas. É necessário frisarmos a existência, até então de escolas de aplicação imediatamente integradas às instituições formadoras de professores. No entanto, hoje no que se refere à prática, vale ressaltar que ela deve ser sempre refletida e não apenas reproduzida, pois, segundo Barreiro (2006, p. 89):

É na ação refletida e no redimensionamento de sua prática que é possível, ao docente, ser agente de mudanças, na escola e na sociedade. Nessa perspectiva, a sua formação se concretiza pelo repensar sobre a prática, sobre a realidade, bem como pela construção da identidade pessoal, ética e política.

Ou seja, a ação refletida pode e deve provocar mudanças nos envolvidos. Ela é constituinte do processo de Estágio. E de um modo geral, até o presente momento o Estágio se mantém numa posição de extrema importância para toda licenciatura, visto como exercício funcional de observação e atuação do “ser professor”. O Estágio prepara o professor em sua constituição pessoal, ética e também política. Assim, na condição de aprendizes, espera-se que os futuros profissionais aprimorem seus conhecimentos, aprendam todo o conjunto teórico e metodológico proposto pelo curso em estudo para ampliarem a compreensão do sistema educacional como um todo. A seguir, abordamos o estágio supervisionado no Curso de Pedagogia da UEPB, *Campus I*.

2.2 O Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia na UEPB, *Campus I*¹¹

Ao iniciarmos um curso na área de licenciatura, temos o devido conhecimento de que mais cedo ou mais tarde iremos experienciar a prática docente no Estágio, a qual se dá após os semestres iniciais. Entretanto, alguns estudantes ingressam na universidade já com certa “bagagem” de experiência na docência, enquanto outros poucos não possuem, ainda, contato na posição de professor para com alunos e dependem principalmente das disciplinas de Estágio Supervisionado para adquirirem uma visão mínima das atividades exigidas e desenvolvidas em sala de aula, bem como as atribuições pedagógicas externas à sala de aula. Desse modo, o problema que nos norteia é referente à seguinte indagação: Será que os Estágios oferecidos durante o curso de Pedagogia da UEPB correspondem à demanda profissional do Pedagogo e à legislação que o institui?

Segundo Pimenta (2010, p. 105) “a atividade docente é uma atividade de educação. Se entendermos a educação como prática social, então a atividade docente é uma prática social (práxis)”. Há conhecimento que para se ter uma atividade docente é necessário realizá-la praticando-a, exercitando-a e isto inclui a mobilização de tudo o que foi apreendido e assimilado para ser devidamente aplicado, conferindo o aprendizado na prática de cada indivíduo. Conforme explica a autora (*Idem*, 2010, p. 105):

O exercício da atividade docente requer preparo. Preparo que não se esgota nos cursos de formação, mas para o qual o curso pode ter uma contribuição específica enquanto conhecimento sistemático da realidade do ensino-aprendizagem na sociedade historicamente situada, enquanto possibilidade de antever a realidade que se quer (estabelecimento de finalidades, direção de sentido), enquanto identificação e criação das condições técnico-instrumentais propiciadoras da efetivação da realidade que se quer. Enfim, enquanto *formação teórica* (onde a unidade teoria e prática é fundamental) para a práxis transformadora.

A teoria deve ser a base sólida que compõe uma possível prática a ser desenvolvida no campo de Estágio. Tal preparo provém também dos Estágios de observação e de tudo que está interligado ao processo de ensino-aprendizagem do aluno em sua formação docente. Freire (2014, p. 28) nos auxilia a compreender que é justamente na condição de aprendiz que o educando se transforma em sujeito de sua construção e constrói assim o saber ensinado. O saber ensinado é ao mesmo tempo compartilhado, pois este é socializado, discutido na turma de Estágio de acordo com os obstáculos, as facilidades e as situações

¹¹ Projeto curricular de 2009.

que vão surgindo ao longo deste, principalmente, partindo dos Estágios de Observação para os Estágios de Atuação. E, para entendermos melhor a concepção do Estágio no Curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba, trazemos uma parte do PPP de Pedagogia, relativo ao perfil do seu egresso (UEPB, PPP pedagogia, 2009, p. 12-13)¹²:

O Curso de Pedagogia propiciará ao/à licenciando/a o domínio de conhecimentos teóricos, linguagens e tecnologias próprias do fenômeno educativo e das relações educação/sociedade, em contextos do passado e do presente. O exercício da crítica, de posturas propositivas frente a problemas da prática pedagógica, assim como a condução de processos educacionais, assentados em procedimentos investigativos e em princípios éticos e democráticos compõe o eixo metodológico da formação, complementado pelo cultivo da sensibilidade para o diálogo com temas recorrentes e contraditórios da sociedade.

O curso de Pedagogia, em apreço, é norteado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (CNE/CP, 01/2006) e se propõe à formação de profissionais para a docência desde a educação infantil, bem como no ensino fundamental e ainda à gestão escolar. Com efeito, essa formação preconiza uma preparação para atuar em outros ambientes, além da sala de aula, onde o Pedagogo deve estar apto a outros campos e espaços da área educacional abertos pelo mercado de trabalho, assim como é enfatizado no campo de atuação profissional do PPP (UEPB, PPP pedagogia, 2009, p. 20):

Quanto à atuação profissional, o/a Pedagogo/a poderá atuar como: - Professor/a de instituições de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; - Gestor/a de sistemas de ensino e de instituições educacionais; - Educador/a social em organizações não governamentais, movimentos sociais e instituições assistenciais.

E no que diz respeito ao surgimento do curso de Pedagogia na UEPB, este surgiu em 1969, “decorrente da reformulação das Faculdades de Filosofia, na década de 1960, mas só começou a funcionar em 1969”, conforme explana o PPP (UEPB, PPP pedagogia, 2009, p. 10). Décadas depois, em 1996, é sancionada a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) que traz outro perfil de pedagogo. Este inclui a docência como elemento obrigatório e básico para a formação deste profissional. Assim, um outro currículo para o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UEPB é pensado e já executado a partir 1999. Com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, Resolução CNR/CP nº 1 de maio de 2006 (BRASIL, 2006) , as habilitações são extintas. Os cursos passaram então a formar

¹² O Projeto foi implementado em 2008, entretanto, o PPP foi aprovado sob a RESOLUÇÃO UEPB/CONSEPE/003/2009. É importante observar que, nos dias atuais, as universidades são recomendadas a utilizar a nomenclatura Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

apenas pedagogos generalistas, ou seja, aptos a atuarem no ensino da educação infantil, dos anos iniciais da educação básica, no ensino de disciplinas pedagógicas do Normal Médio, bem como na organização e gestão dos trabalhos pedagógicos em contextos escolares e não escolares.

É fato que todo curso de graduação possui Estágios a serem cumpridos e no curso de Pedagogia não é diferente. Eles podem ser curricular/obrigatório e eletivo/extracurricular/não obrigatório. Segundo Pimenta e Lima (2011, p. 61), “o Estágio como campo de conhecimentos e eixo curricular central nos cursos de formação de professores possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade, dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente”. Espera-se que todo estagiário possa construir a sua identidade docente através também de experiências adquiridas por meio dos Estágios e das discussões teóricas com base no conteúdo tanto das disciplinas de Estágio Supervisionado, como dos demais componentes do curso.

Nessa perspectiva, o Estágio é “um lugar de reflexão” sobre a construção e fortalecimento da identidade do futuro profissional de educação. Para distinguir entre obrigatório e não obrigatório, considera-se que é obrigatório o Estágio que se encontra dentro da grade curricular do curso e segue um cronograma específico para o nível em que o aluno se encontra, sendo necessária a carga horária e a integralização de atividades para a aquisição do diploma. Já o Estágio não obrigatório consiste em um estágio extracurricular (opcional) acompanhado de bolsa (remuneração) e é concedido por uma instituição que dispõe também de uma carga horária a ser cumprida, conforme a Lei 11.788/2008 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre estágio de estudantes. Neste requisito, com a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002), através do Conselho Nacional de Educação, O Estágio recebe uma mudança referente às horas destinadas às atividades, passando de 300 para 400 horas, como define em seu Artigo 1º, inciso I e II: “I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso”. Desta forma, fica estabelecido o acréscimo de 100 (cem) horas à carga horária dos Estágios Supervisionados.

No Regimento da Graduação da UEPB (RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/14/2005)¹³, disposto em Art. 1º, 2º e 3º prescrevem que:

Art. 1º - O Estágio Supervisionado constitui-se em Componente Curricular obrigatório para todos os cursos de formação de professores da Educação Básica, devendo ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor por um determinado período.

Art. 2º - Os Estágios Supervisionados serão desenvolvidos nas escolas de Educação Básica por intermédio de convênios firmados entre a Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e as instituições concedentes e estarão subordinados, no âmbito da Universidade, a uma coordenação Geral de Estágio vinculada à PROEG.

Art. 3º - O Estágio Supervisionado terá uma duração mínima de 400 horas e será realizado a partir do início da segunda metade do Curso¹⁴.

Portanto, o componente curricular de Estágio Supervisionado compreende 400 (quatrocentas) horas, distribuídas ao longo do curso. Neste componente, os estudantes de Pedagogia são acompanhados pelo professor das disciplinas de Estágio Supervisionado e estes estão vinculados à Coordenação de Estágio do Curso e também à Coordenação Geral de Estágio/UEPB, sendo esta última uma instância da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD). O professor da UEPB é responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento dos estudantes no período dos Estágios de observação e de atuação, em cada modalidade (no caso do curso de Pedagogia: Gestão Educacional, Educação Infantil e Ensino Fundamental dos anos iniciais).

Durante este período, o professor supervisor orienta as etapas do Estágio desde as aulas teóricas, estabelecendo as atividades a serem cumpridas pelos alunos: como por exemplo, a elaboração do relatório de observação (na primeira fase) e o relato das atividades planejadas e desenvolvidas por cada aluno no Estágio de atuação. De acordo com minha vivência nos componentes curriculares de Estágio Supervisionado, observei que normalmente o professor supervisor divide seu horário para supervisionar os grupos de Estágio em dias alternados para cobrir e acompanhar toda a turma de estagiários da qual é responsável. No final do componente curricular, o professor atribui notas referentes ao relatório entregue no final do referido componente, bem como ao desempenho dos alunos no campo de Estágio.

No período de Estágio, o estudante se depara com a realidade do professor em sala de aula: anseios, dificuldades, avanços e retrocessos do contexto de ensino. E nessa

¹³ Atualmente o Curso de Pedagogia da UEPB funciona sob as orientações de um PPC de 2016. Os estágios supervisionados curriculares também funcionam sob outras normas, a saber, o Regimento Geral da Graduação (RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/068/2015).

¹⁴ Esta Resolução obedece à RESOLUÇÃO/CNE/CP/02/2015

perspectiva, detecta os problemas do cotidiano que envolve e possibilitam ou limitam a aprendizagem do aluno. É durante esse tempo que o futuro professor também se prepara para lidar com eventuais problemas e estabelece a base de sua postura disciplinar e metodológica: evasão, turmas multisseriadas, baixo nível de acompanhamento das atividades, faltas sem justificativas, alguns alunos repetentes, escassez de material de trabalho, falta de acompanhamento da família nas atividades para casa e, em alguns casos, também dificuldade de domínio da turma, entre outras problemáticas. Com conhecimento desses fatores existentes no campo da educação, os estagiários enxergam as dificuldades da profissão e segundo Pimenta (2011, p. 65):

Essa profissão situa-se na contradição do discurso da valorização do magistério e das políticas de educação que normatizam inovações sem levar em conta as relações de trabalho dos professores. Assim, mesmo acreditando em si e na profissão, o estagiário pode esbarrar no contexto, em situações de desgaste, cansaço e desilusão dos profissionais da educação, nas condições objetivas das escolas, muitas vezes invadidas por problemas sociais, cuja solução está longe de sua área de atuação [...]

É em pleno campo de Estágio que, segundo a autora, o discurso de valorização do magistério se contrapõe às políticas públicas da educação, pois não se leva em importância as condições de trabalho dos docentes (citadas acima). E o estagiário é posto frente a reflexões acerca das condições de trabalho oferecidas, das dificuldades da classe docente no todo e, muitas vezes, gera dúvida sobre a profissão escolhida. Como exemplo, trazemos alguns comentários proferidos pela turma de Pedagogia 2012.2 durante o período de alguns Estágios:

“Estar em contato com a prática em sala de aula é diferente de estar somente ouvindo e discutindo as teorias na universidade” (Professora 1);

“Somos limitadas ao planejar e realizar algumas atividades, pois não há material disponível” (Professora 2);

“Trabalhar na área da educação é muito difícil, a maioria das famílias não acompanha o desempenho escolar dos filhos” (Professora 3);

“Não aceito estagiários na minha turma. Todo semestre tem algum e percebo que meus alunos não ficam à vontade e acaba atrapalhando um pouco. Espero que entenda” (Professora 4);

Diante dos comentários citados, ficam algumas questões que os estagiários ouvem e tentam compreender ao longo dos Estágio Supervisionado. Imaginamos que dentre estes, talvez o mais inesperado seja de fato o último, pois nos leva a refletir que esta (Professora

4) também foi estagiária um dia e, mesmo assim (pelo motivo esclarecido), manteve-se em resistência. No entanto, há também aqueles Professores que permitem a entrada e permanência do estagiário e não fazem questão alguma de compartilhar suas experiências e práticas.

Estagiar é também colecionar experiências. É válido ainda ressaltar que é nessa passagem de tempo de formação (Estágio) que a aprendizagem se estende em nível social, pois o estagiário está também em contato com os demais integrantes da escola e da comunidade, da gestão e do funcionamento escolar, o que demanda mobilização de conteúdos na compreensão desses espaços. E muitas são as competências geridas nesse meio tempo, como respalda Zabalza (2014, p.115):

[...] possibilita pôr em prática muitas competências profissionais genéricas que fazem parte do catálogo de aprendizagens que correspondem à formação universitária: a observação, a análise das situações, a narração-descrição-análise das experiências, a apresentação de resultados, entre outros. Fazer as práticas não é sair da universidade para fazer qualquer coisa. É continuar aprendendo em um contexto não acadêmico.

Assegura o autor que a formação universitária (fundamentada também na teoria e na prática, através dos Estágios) influencia no processo de continuidade do aprendizado, para uma educação ao longo da vida, além da formação inicial universitária e desvinculada de uma prática descomprometida com o outro, com a profissão, mas sim dentro do esperado para o andamento dos exercícios da profissão. Nesse sentido, o Estágio é oficialmente um espaço extraordinário na prática do sujeito discente, pois o acompanha de experiências únicas. Segue Zabalza (2014, p. 99):

[...] o estágio permite completar as aprendizagens disciplinares e enriquecê-las mediante a possibilidade de aplica-las em contextos profissionais reais. Porém, junto a isso, incorporam-se à formação outros elementos que têm a ver com a atitude intelectual, com a capacidade de trabalho em equipe, a capacidade de adaptar-se a situações novas e, às vezes, exigentes, a capacidade de comprometer-se e assumir responsabilidades, a capacidade de idealizar e empreender, entre outros. Diante disso, não podemos só pensar, de forma reducionista, o estágio como puro e simples preparo mecanicista e reprodutivista para o trabalho.

Também é enriquecedor, segundo o Zabalza, como momento oportuno para que o aluno aplique tudo que fora aprendido nas disciplinas do curso, acompanhado dos demais fatores que interferem no bom êxito do trabalho (execução de atividades), ou seja: trabalho de equipe, comprometimento, responsabilidade, etc. Tais fatores cruzam as dimensões da formação humana, aplicando-se na vida social, política, cultural, e em outras.

Em relação aos Estágios Supervisionados da UEPB nos cursos de licenciatura, atentemo-nos na seção IV do Regimento da Graduação da UEPB (RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/068/2015) em seu Art. 64, nos diz que:

O Estágio Supervisionado da Licenciatura é um Componente Curricular obrigatório nos Cursos de Formação de Docentes da Educação Básica, que objetiva a integração do conhecimento teórico à prática profissional, e deve acontecer, preferencialmente, nas unidades escolares das Redes Públicas Oficiais e espaços não escolares que atuem em atividades educacionais de Ensino.

Com efeito, nas licenciaturas os Estágios são realizados na docência, visto que é na observação do cotidiano escolar que se detecta os problemas atuais e é na prática docente que se aplica toda a teoria estudada. Dessa forma, o Estágio de discentes na educação básica é fundamental para a formação do futuro profissional da educação e se dá por meio de parcerias da instituição universitária e escolas das redes de ensino municipal, estadual ou privada¹⁵, como é executado na UEPB. Essa parceria é firmada através de convênio com a secretaria de Educação do município (Campina Grande, no caso do Campus I) ou do estado ou mesmo com a escola (no caso de instituições privadas) e, após envio de memorando solicitando campo de estágio, são expedidas (por parte do órgão cedente) cartas de anuência para que os estudantes sejam encaminhados às escolas previamente designadas.

No caso do curso de Pedagogia, os Estágios de observação e atuação voltam-se para Gestão Escolar, Educação Infantil e Ensino Fundamental I, na modalidade regular ou Educação de Jovens e Adultos¹⁶; totalizando dois Estágios supervisionados em cada categoria com início no terceiro semestre e fim no oitavo semestre do curso diurno e início no terceiro semestre e fim no nono semestre do curso noturno, como disposto o cronograma da composição curricular do curso de Pedagogia na UEPB – Campus I.

¹⁵ Sendo preferencialmente desenvolvido nos sistemas de ensino municipal ou estadual.

¹⁶ A modalidade do estágio no ensino fundamental está condicionada ao horário no qual o estágio é desenvolvido, assim, se no turno diurno, o estágio será no ensino fundamental I oferecido de forma regular, se no período noturno, será com Educação de Jovens e Adultos.

3 CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA VOZ DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA

Tomando base no objeto deste trabalho, adotamos uma pesquisa de cunho qualitativo por nos possibilitar uma amplitude de reflexão sobre o tema, uma vez que qualitativamente podemos analisar na perspectiva do sujeito estagiário, a concepção e organização do Estágio. Assim, nos propõe Minayo (2011, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Esse tipo de abordagem de pesquisa é propício a enriquecer as análises do pesquisador, pois se perpetua através da realidade dos sujeitos, atribuindo e ganhando significados, como também valores ao objeto em estudo. Através da pesquisa qualitativa é possível construir novos conhecimentos, pois além de tratarmos de dados fornecidos pelos indivíduos, levamos em consideração o contexto em que são fornecidos tais dados.

Acrescentando, Gamboa (2007, p. 41) destaca: “nas ciências sociais como na educação, tanto o investigador como os investigados (grupo de alunos, comunidade ou povo) são sujeitos; o objeto é a realidade. A realidade é um ponto de partida e serve como elemento mediador entre os sujeitos”. Portanto, essa investigação é possível devido a contribuição de um grupo composto por alunos da graduação do curso de Pedagogia, professor de Estágio Supervisionado e Gestor de uma escola que recebem os estagiários.

Esta pesquisa foi realizada com a coleta de dados através da plataforma online: *Formulários Google*, modalidade escolhida pela praticidade e rapidez na coleta e envio de dados, bem como objetivava a praticidade para quem a fosse responder, descartando o uso de papel (contribuindo com o meio ambiente) e necessitando somente da conexão com a *internet* para abrir o link, responder a pesquisa e enviar os dados das respostas (salvo automaticamente pela plataforma). A mesma foi enviada através do link¹⁷ para respectivamente 40 (quarenta) pessoas via e-mails e redes sociais como *Facebook*, *Messenger* e *WhatsApp*. Nesta plataforma, todos os participantes (grupo de pessoas)

¹⁷ Link da Pesquisa disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/1MJayk6H7m0IMtfqtj480FbYBWRrhoNW3WTYG4TVMHCQ/edit?chromeless=1>

preencheram suas principais características como: categoria representativa (aluno de graduação em Pedagogia, professor de Estágio ou gestor escolar), além de sexo, idade e estado civil. Em seguida: se aluno, em qual semestre se encontrava ou se já havia concluído; se professor, há quanto tempo leciona a disciplina de Estágio Supervisionado; se gestor, há quanto tempo atuante na função.

Após a divulgação do link, recebemos um retorno de 28 (vinte e oito) participantes na pesquisa. Dentre estes, 26 (vinte e seis) alunos do curso de Pedagogia, 1 (um) professor de Estágio Supervisionado e 1 (um) gestor da escola. Ou seja, 92,9% dos entrevistados eram alunos. Em relação ao sexo, 14,3% eram do sexo masculino, cerca de 2 homens e 85,7% eram do sexo feminino, cerca de 24 mulheres. Já no quesito idade, os participantes tinham entre 24 e 65 anos, predominando a média de 32 anos. Quanto ao estado civil, 18 pessoas são solteiras, 7 estão casadas, 2 divorciadas e 1 está em união estável, predominando a maioria solteiros. Os alunos declaram estar entre o 6º e 9º semestre: 12 pessoas; declaram ter concluído: 14 pessoas. O professor de Estágio respondeu atuar lecionando há 14 anos e o gestor respondeu estar na função há 2 anos e 10 meses. Confirma-se novamente a predominância de mulheres no curso de Pedagogia, com idades variadas, mas com uma maioria de pessoas solteiras, isso nos faz pensar que, se solteiras, provavelmente podem se dedicar mais à universidade e às atividades e empenho de esforços que esta requer. Preenchido este início, partimos para as questões de Estágio Supervisionado:

A primeira questão foi em relação à carga horária dos Estágios Supervisionados (de Observação e Atuação), se era satisfatória e por que. Dentre todas as respostas, 16 pessoas avaliaram a carga horária como satisfatória, enquanto 1 pessoa disse que atende em parte e as outras 11 pessoas disseram que não é satisfatória. Dentre essas, destacamos as seguintes falas:

“A carga horária de observação é satisfatória, mas a de atuação deveria ser maior”. Estagiário A;

“Em parte, pois para se ter uma boa noção do andamento da rotina, acredito que seja necessária uma sequência, ou seja, um acompanhamento diário tanto na observação como na prática, porém da maneira que as horas são distribuídas pelo curso fica impossível realizar o Estágio diariamente. Poderia ser a mesma carga horária desde que distribuída de maneira diferente”. Estagiário B;

“Não, pois deveria ter um tempo maior para observar e atuar, visto que a carga horária estabelecida não dá conta de avaliar determinada situação, como a atuação do professor, por exemplo”. Estagiário C;

“Acredito que poderia ser maior para que nós estudantes tivéssemos uma base melhor antes de sermos inseridos em ambientes educacionais, ou seja, mais preparados na prática, porque teoria temos demais”. Estagiário D;

A resposta do Estagiário A propõe cargas horárias diferenciadas, em que o tempo de atuação deveria ser maior. Mas, com base na leitura de Barreiro (2006, p. 28): “[...] o Estágio coloca-se como teórico-prático e não como teórico ou prático, devendo possibilitar, aos estagiários, melhor compreensão das práticas institucionais e das ações praticadas pelos profissionais, como maneira de preparar os futuros professores.” Isso nos remete à concepção que eles não se quebram, mas sim se complementam ao longo do curso. Já na resposta do Estagiário B, temos alguém que aponta a necessidade de uma sequência de dias acompanhados e uma carga horária também sequenciada no Estágio e que a falta dessa sequência afeta em parte o andamento do Estágio Supervisionado. Com efeito, Pimenta (2011, p. 105) explica que:

Às vezes, a distribuição da carga horária e das disciplinas no currículo dos cursos de licenciatura obriga o aluno a cursar outras disciplinas, além do Estágio, no mesmo período letivo. Isso faz com que a ida à escola ocorra em dias alternados, fragmentando as atividades e as percepções que vinham construindo.

Os Estagiários C e D acreditam que o Estágio poderia ter um tempo maior para a atuação para que se aprimorem um pouco mais dentro do período em análise. Vejamos que o Estágio de observação é voltado para a investigação, mas é no Estágio de atuação que os alunos se integram nessa análise em sua prática na docência. Entendemos que a carga horária dispensada ao Estágio Supervisionado é considerável, talvez, se melhor distribuída, consiga contemplar os anseios dos estudantes.

A segunda questão foi a respeito da contribuição dos Estágios Supervisionados na preparação profissional para o mercado de trabalho. As respostas estão dispostas no Quadro 1.

Quadro 1 - Contribuição do Estágio Supervisionado na Profissionalização Docente

Respostas:	(28)
Sim, significamente!	(13)
Em parte.	(8)
Razoavelmente.	(6)
Não.	(1)

Fonte: Dados coletados pela autora/2019

Desta forma, verificamos que a grande parte dos indivíduos da pesquisa (46,4% acreditam que sim e 28,6% em parte) que os Estágios Supervisionados de fato, apresentam contribuição na preparação profissional. E nesta conjuntura, é válido ressaltar também que o Estágio Supervisionado tem como objetivo propiciar ao aluno estagiário construir o seu projeto de intervenção para ajudar e auxiliar a escola e/ou também a comunidade inserida. Contribuir com a sociedade é também papel do Estágio ao mesmo tempo que favorece o crescimento profissional dos com a experiência adquirida. Ousamos dizer que é uma via de mão dupla: aquele que estagia contribui e recebe aprendizado.

Na terceira questão perguntamos: Tendo em vista que o Plano de Estágio contém todas as atividades a serem desenvolvidas no campo de Estágio Supervisionado, se houve ou há algum problema para cumprir com as atividades? Se sim, qual? Dentre todas as respostas, destacamos as seguintes:

“É possível que a realidade do campo de Estágio não seja favorável para o cumprimento das atividades como planejadas, com isso é necessário que tenha sempre um plano B e criatividade para improvisar quando necessário”. Estagiário A;

“Sim. Às vezes por questões internas da escola, como intervenção da professora (o) titular "fora de hora", por exemplo”. Estagiário B;

“Um dos problemas diz respeito ao cumprimento da carga horária de vivência ou de regência nas escolas, visto que muitas vezes o calendário da universidade não corresponde ao das escolas. Essa discrepância inviabiliza uma boa realização do Estágio. [...]”. Estagiário C;

“Não. O que pode ocorrer às vezes é a instituição onde o Estágio acontece dificultar alguma coisa”. Estagiário D;

“Não há dificuldade em cumprir com as atividades. Desde que o período letivo escolar, coincida com o período acadêmico e que a Instituição como um todo, seja receptiva e acolhedora ao estagiário”. Estagiário E;

Sobre a possibilidade de desenvolver ou não o Plano de Estágio, obtivemos 21 respostas e destas: 14 foram que Sim, é possível, e 7 responderam que não, pois encontra-se algumas dificuldades na execução do referido plano. O Estagiário A chama nossa atenção para as realidades de cada Estágio, visto que as particularidades da escola e do próprio Plano, por vezes, não sejam condizentes entre si, de modo que o estagiário precisa ter outras atividades para substituir a proposta ora inviabilizada, chamando-a de “plano b”, com auxílio do uso de sua própria criatividade para um possível improviso. Isso contradiz as expectativas do Estágio de Observação, cuja meta é ancorar o Estágio de Atuação. Um fato que nos chama atenção também é que o Estagiário B cita que nesse processo de estagiar o que pode dificultar é a intromissão (participação não solicitada) do professor titular da turma e nesse caso essa situação é devidamente registrada no relatório pelo estagiário. Aqui também nos indagamos o que seria considerado intromissão e as situações que a desencava, pois podem ser inúmeras. Ressaltamos, entretanto, que o Plano de Estágio é apresentado ao professor responsável pela sala de aula e executado a partir da anuência.

O Estagiário C nota uma dificuldade quando o calendário escolar não coincide com o calendário acadêmico. Isso é agravado em datas próximas ao recesso escolar ou ainda quando a instituição estiver em período de greve (por exemplo), que ao retomar as atividades, o calendário é modificado e há uma nova adequação aos dias letivos da grade curricular. Com efeito, nesses casos há uma interferência externa no cumprimento da carga horária dos Estágios. E o Estagiário E reforça essa questão, citando que não há dificuldade em cumprir tais atividades, desde que os períodos (escolar e acadêmico) coincidam entre si e acrescenta que é necessário também o acolhimento durante a recepção dos estagiários na instituição escolar de ensino. Sem dúvida este é um fator importante, pois a gestão e os professores devem possibilitar a aceitação dos estagiários e a permissão para que desenvolvam suas atividades pois estas, como dissemos anteriormente, contribuem para a formação do estudante, mas também, para a escola, desde que elaborado em consonância com a realidade e as demandas apresentadas no Estágio de Observação.

A quarta questão foi acerca de possíveis dificuldades vividas pelos estudantes em campo de Estágio. Obtivemos as respostas seguintes:

“A parte da vivência na sala de aula pelo motivo das estagiárias não conhecerem a realidade de cada aluno e na maioria das vezes o plano pensado não inclui todos e todas”. Estagiário A;

“Uma determinada professora que não queria nos receber em sua sala porque estava registrando as cadernetas”. Estagiário B;

“Quando a Instituição não nos recebe como deveria e dificulta as atividades a serem realizadas. Por exemplo, um professor que não quer receber estagiário na sua sala”. Estagiário C;

“Alunos não serem bem recebidos, em especial no tocante aos Estágios de gestão”. Estagiário D;

“Resistência do professor, por temer a observação do estagiário à sua prática. Resistência para assinar a ficha de frequência (obrigatória) do Estagiário. Insinuações de que os alunos desviaram a atenção e o rendimento está caindo”. Estagiário E;

“A indisciplina em sala de aula. A aceitação por parte de alguns profissionais das unidades que fiz meus Estágios. Muitos demonstram está aceitando o estagiário por uma obrigação e não reconhece que um dia também já foi um estagiário...” Estagiário F;

Nessa questão, obtivemos várias respostas que se voltam para a má aceitação dos estagiários em muitas das escolas onde ocorrem os Estágios Supervisionados. O Estagiário B diz que a professora estava ocupada registrando o diário de classe e se recusou a recebê-los. Enquanto o Estagiário C relata que a instituição concedente não recebeu “devidamente” e dificultou a realização das atividades, como também deixou claro a recusa de um professor em recebê-la como estagiária de sua sala. O Estagiário D afirma que em alguns casos, alunos não são bem recebidos durante o Estágio de Gestão Escolar.

No relato do Estagiário E temos novamente a resistência do professor titular da turma para assinar os documentos de Estágio e a não aceitação é alegada porque os alunos da turma ficavam desatentos e o rendimento deles diminuía. Nesse mesmo quesito, o Estagiário F acrescenta que há uma demonstração de aceitação por obrigação por parte de alguns profissionais nas unidades escolares. O estagiário diz ainda que estes se esqueceram que já foram estagiários também e cumpriram as mesmas atividades, denotando, portanto, falta de compreensão com os estagiários atuais. No entanto, cita também a indisciplina dos alunos como uma dificuldade na realização das atividades de Estágio. Isso faz coro com a fala do Estagiário A, ao mencionar que pelo fato de os estagiários não conhecerem bem a realidade da turma, tendem a ter dificuldade para adequar o plano de Estágio à realidade encontrada. Nesse caso, indagamo-nos como o Estágio de Observação foi realizado e como o Estágio de Atuação foi pensado, visto que o primeiro deve funcionar em função do segundo. Há ainda que considerarmos o tempo de execução do Estágio e suas contribuições para o professor e para os alunos da escola que o recebe, visto que um estágio curto, de um

dia na semana, impossibilita uma maior vivência com a turma, bem como o acompanhamento do seu cotidiano e todas as possibilidades e limites que este apresenta.

· Na quinta pergunta, indagamos se as Unidades Escolares que recebem os Estagiários apresentam alguma resistência para recebê-los. Se sim, pedimos que, por favor, relatassem esta resistência¹⁸.

“Sim, muitas escolas não aceitam novas sugestões para uma determinada dificuldade presente na escola”. Estagiário A;

“Sim. Já olham com cara feia, não entregam materiais necessários, põem dificuldade”. Estagiário B;

“Sim, medo de que os alunos estagiários vejam o descaso com a educação em alguns casos”. Estagiário C;

“Não todas, mas algumas sim. Passei pela experiência de chegar em uma creche e a diretora colocar mil empecilhos até chegar ao ponto de dizer que assinava tudo como se eu tivesse estagiado sem precisar que eu realmente estivesse presente”. Estagiário D;

“Não. E, se houver, são casos bem pontuais. Lembro-me de uma situação em que um estagiário, após o Estágio, saiu falando mal da escola e isso dificultou que a instituição permitisse que outros licenciandos realizassem o Estágio”. Estagiário E;

“Por vezes sim. Algumas unidades demonstram uma certa resistência ao receber os estagiários, principalmente por parte do gestor (a) e/ou da professora da turma. Durante meus Estágios supervisionados do curso de Pedagogia da UEPB pude constatar que isso é fato, pois em algumas situações, pude notar que minha presença não era tão desejada e muitas vezes fui tratada com desdém e desprezo, principalmente quando necessitava de algum documento pra fazer análise, sendo essa uma das exigências da disciplina de Estágio. Foram poucas as unidades escolares que fui bem acolhida e bem tratada durante o Estágio e que fez valer o tempo que passei estagiando e que realmente teve proveito para minha experiência e profissão”. Estagiário F.

Ao adentrarmos um pouco nessa questão, vemos que algumas situações enfrentadas por alguns estagiários não condizem com a receptividade esperada nesses processos. Os Estagiários A e B apontam situações específicas em que suas contribuições não foram aproveitadas pelo ambiente escolar: enquanto um sugere atividades o outro é limitado por falta de apoio de materiais do próprio espaço. O Estagiário C cita que possivelmente essa resistência aos estagiários seja criada como meio de inibir qualquer possível crítica sobre qualquer descaso que possa existir no processo educacional da instituição como um todo. Vale ressaltar que os estagiários estão desenvolvendo as práticas e técnicas trabalhando suas habilidades.

¹⁸ Como nas respostas da pergunta anterior também responderam a essa questão, capturamos apenas o que acrescentava a este ponto de análise.

E apesar do olhar observador e investigativo que lhe é atribuído, o estagiário é também um aluno do processo que exerce troca de experiências, seja com os colegas do curso, com o professor de Estágio Supervisionado, seja com os Professores titulares das turmas e quaisquer outros profissionais da instituição escolar. O Estagiário D nos traz uma situação difícil, se não inaceitável, no campo de Estágio Supervisionado, pois diz que lhe foi sugerido pela gestão apenas uma assinatura dos termos de acompanhamento, ou seja, um estágio fictício, colocando sob suspeição todo o trabalho desenvolvido neste espaço em relação aos estágios que lá foram desenvolvidos. Também o Estagiário E descreve uma situação que fere da ética de qualquer profissional: o estagiário expôs a instituição com comentários péssimos e este chegou ao conhecimento da instituição que não aprovou a conduta e, a partir daí, criou resistência para receber novos estagiários. Essa atitude, vai de encontro a toda a preparação e recomendações feitas anteriormente a ida a campo.

A sexta pergunta, versou sobre as áreas de atuação do Pedagogo, o mercado de trabalho e as sugestões para a melhoria do curso, no sentido de atender ao perfil do egresso de Pedagogia. As respostas foram dispostas no Quadro 2:

Quadro 2 - Áreas de atuação do Pedagogo, mercado e sugestões para o perfil do egresso do Curso de Pedagogia da UEPB/Campus I

Respostas:	(28)
Educação Especial	(16)
Educação de Jovens e Adultos	(2)
Pedagogia Empresarial	(2)
Pedagogia Hospitalar	(5)
Recursos Humanos	(2)
Outra área	(1)
Os Estágios supervisionados existentes já são satisfatórios	(0)
Não sei	(0)

Fonte: Dados coletados pela autora/2019

Entendemos que esta questão é uma variante que pode favorecer futuros Estágios Supervisionados, abrangendo novos campos de Estágios para além daqueles ofertados no Curso de Pedagogia. No quadro constatamos que um relevante número de pessoas opta por sugerir um Estágio na área de Educação Especial, uma área em bastante evidência neste momento e, de acordo com o número de crianças deficientes que acessam a escola atualmente, entendemos que esta é uma sugestão a ser considerada por aqueles que fazem o curso. Nesse aspecto, a formação no curso de Pedagogia da UEPB contribui com dois componentes curriculares de Educação Especial apenas, sem vivência ou Estágio Supervisionado nesta área.

A Educação Especial contribui na formação do professor, visto que auxilia na compreensão de inúmeras deficiências, entretanto, não é uma formação específica. Para o professor da educação básica, inclusive, esta não é uma tarefa fácil ou melhor, ainda é uma área e um público com os quais está aprendendo a lidar. Organizar aula, provocar desenvolvimento e aprendizagem, bem como manejar com eficácia as demandas apresentadas por esses alunos, (MARCHESI , MARTIN 1995) é uma tarefa a ser aprendida. Para estes estudiosos, constatar a existência desse problema requer formação de professores para esta área, já que todo planejamento deve incluir a aprendizagem de todas as habilidades e estratégias de ensino e adaptações metodológicas (*idem*, 1995).

Na sétima e última questão, perguntamos se o Relatório de Estágio Supervisionado entregue no final da disciplina serve como base de referência para possíveis reflexões acerca da prática docente, dentre as respostas ressaltamos as seguintes:

“Com certeza, com ele podemos nos reavaliar, refletir nossas ações, nossas práticas, visando uma melhor atuação profissional e pessoal”. Estagiário A;

“Sim, pois o aluno ao ter contato com prática irá confrontar as teorias e buscar melhorar o que vivenciou de ruim e aprimorar o que foi bom, isso irá contribuir para sua formação e futuro profissional”. Estagiário B;

“Servem, mas acredito que não são bem aproveitados para esse fim, uma vez que não há a devida publicização desses relatórios. No final, a impressão que fica é que a escrita do relatório foi apenas o cumprimento de um protocolo”. Estagiário C;

“Sim. é de suma importância a construção do relatório, pois é na construção desse documento que conseguimos registrar as experiências”. Estagiário D;

Com efeito, o relatório do Estágio Supervisionado reúne dados e observações do cotidiano escolar através dos registros apresentados pelo próprio estagiário, como *elaboração do diagnóstico* que “consiste no levantamento de dados e informações para se ter uma visão de conjunto das necessidades e problemas da escola e facilitar a escolha de alternativas de solução” (BARREIRO, 2006, p. 95, apud LIBÂNEO, 2001, p. 178). E, posteriormente no Estágio seguinte, apresenta-se as atividades de intervenção realizadas desta vez pelo estagiário. Barreiro (2006, p. 105) nos traz em linhas claras a importância do Relatório de Estágio:

Sua finalidade ultrapassa eventuais cobranças burocráticas e a necessidade de se comprovar a realização de um trabalho. Na verdade, ele se constitui num processo de elaboração que perpassa todo o Estágio, construído a cada momento, já que é um instrumento de registro, de reflexões, daquilo que se mostra como essencial para a compreensão e a execução do projeto de Estágio.

Ou seja, os Estagiários A, B e D estão corretos quando afirmam que o relatório de Estágio propicia reflexão da prática de ensino, bem como contribui para a análise das experiências adquiridas. Já o Estagiário C diz da necessidade de que o relatório de Estágio Supervisionado esteja para além dos pressupostos burocráticos existentes, confirmando-nos que este é essencial para a compreensão e execução do Estágio Supervisionado, fala que encontra respaldo em Barreiro (2006).

Ao longo do trabalho realizado, dos dados coletados, percebemos que o Estágio Supervisionado é, de fato, muito importantes nos cursos de graduação e que este precisa ser melhor observado, melhor trabalhado. É necessários criar laços de interação mais fortes entre escolas e universidade, entre o professor da escola e o estagiário, posto que estes são elementos constituintes de um processo de aprendizagem que auxilia na formação do quadro docente ou mesmo profissional de que o Estado dispõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou diagnósticos reais de dificuldades existentes no campo de Estágio Supervisionado. Entendemos que esta questão é uma variante que pode favorecer futuros Estágios Supervisionados, abrangendo novos campos de Estágios para além daqueles ofertados no Curso de Pedagogia. Além disso, pude refletir sobre as situações enfrentadas por outros estagiários do mesmo curso e algumas situações são semelhantes às quais vivenciei. Esta amplitude permite-nos conhecer as mais diversas ações incumbidas no campo de Estágio.

Constatamos que um relevante número de pessoas opta por sugerir um Estágio na área de Educação Especial, uma área em bastante evidência neste momento e entendemos que esta é uma sugestão a ser considerada por aqueles que fazem o curso. Nesse aspecto, a formação no curso de Pedagogia da UEPB contribui com dois componentes curriculares de Educação Especial apenas, sem vivência ou Estágio Supervisionado nesta área.

Desta forma, compreendemos que esta pesquisa alcançou resultados positivos, pois possibilitou-nos refletir acerca do Estágio Supervisionado e sua contribuição na formação dos futuros profissionais da educação. E esta reflexão faz-nos também valorizar os campos de Estágios e as experiências adquiridas para sabermos lidar com as futuras situações na docência.

No tocante às dificuldades existentes durante os Estágios Supervisionados, foram discutidas algumas no ponto de vista dos alunos para que juntos pudéssemos entender e partilhar da vivência dos estagiários ao longo de suas vivências no Estágio. Vimos que os Estagiários encontram algumas dificuldades nas escolas, principalmente, no tocante a sua aceitação em sala de aula. Vimos também que, por vezes, esta não aceitação é provocada pelos próprios estagiários e nos comentários realizados acerca das escolas.

Foi possível perceber que os estudantes consideram que o Estágio Supervisionado é de suma importância para a formação profissional e, considerando o perfil profissional do egresso do Curso de Pedagogia, entendemos que as práticas e experiências relatadas nos relatórios de Estágio Supervisionado devem ser observados e refletidos para possíveis mudanças no próprio Estágio e, quiçá, nos cursos. Essa reflexão pode e deve ser realizada de forma coletiva na perspectiva da construção de um curso que possa atender o perspectivado.

REFERÊNCIAS

- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas, 1952. **Práticas de ensino e estágio supervisionado na formação de professores** / Iraíde Marques de Freitas Barreiro, Raimunda Abou Gebran. – São Paulo: Avercamp, 2006.
- BRASIL, **DECRETO No 3.276, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3276.htm > Acesso em 14 de fev de 18.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica. Lei 9394/96. Ministério da Educação. Brasília, 1996. disponível em: < <http://www.mec.gov.br> > acesso em 15 de out de 2017.
- _____. Parecer 5/2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf > acesso em 02 de jan de 2018.
- _____. RESOLUÇÃO CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, através do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf> <acesso em 15 de abr de 2019.
- BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbpa/article/viewFile/19127/11122>>. Acesso em: 27 de out de 2017.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Supervisão Educacional: uma reflexão crítica**. São Paulo: Vozes, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREITAS, Helena ..de . Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1095-1124, dezembro 2003. Disponível em: < www.cedes.unicamp.br > Acesso em 12 de abr de 2019.
- GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argus, 2007.
- INACIO, Clarissa Betanho; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. **Ser Mulher e Professora Primária nos anos de 1940 a 1950 no Município de Ituiutaba- Minas Gerais em Meio a Modernização do Brasil**. In: IX Encontro Interno & XIII Seminário de Iniciação Científica. Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2009. Disponível em: <https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2009/PDF/IC2009-0399.pdf> Acesso em: 04 de jun de 18.

MARCHESI, Álvaro; MARTIN, Elena. **Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais**. In: COLL, Cesar et al. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MICHALOVICZ, Cátia Corrêa. **CFE E AS HABILITAÇÕES NO CURSO DE PEDAGOGIA: A DIVISÃO DO TRABALHO NA ESCOLA**. In: V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – SIPD – Catedra Unesco. PUCPR 2015. Disponível em <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17457_8994.pdf> acesso em 02 de jan de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. pp.127-1.

PIMENTA, Selma Garrido. 1943. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção docência em formação. – Série saberes pedagógicos).

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção memória da educação).

SILVA, Renan Antônio. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no Brasil. Disponível em: <http://fatece.edu.br/arquivos/arquivos%20revistas/trilhas/volume7/19.pdf> Acesso em: 07 de abr de 2018.

UEPB, COMPOSIÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA. Disponível em: http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/composi%C3%A7%C3%B5es_curriculares/campus_i/Composi%C3%A7%C3%A3o%20Curricular_Campus%20I_%20de_PEDAGOGIA%20-%2040%20HORAS.pdf – acesso em 28 de maio de 2018.

_____. **Projeto Pedagógico de Curso PPC: Pedagogia (Licenciatura)** / Universidade Estadual da Paraíba CEDUC; Núcleo docente estruturante. Campina Grande: EDUEPB, 2009. Disponível em: <<http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/0109-2016-PPC-Campus-I-CEDUC-Pedagogia-ANEXO.pdf>> Acesso em 10 de dez de 2017.

_____. REGIMENTO DA GRADUAÇÃO DA UEPB (RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/068/2015). Disponível em: <http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/068-2015-APROVA-O-REGIMENTO-DA-GRADUACAO.pdf> acesso em: 28 de maio de 2018.

_____. RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/014/2005. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/download/resolucoes-consepe/consepe-2005/14-2005%20DEFINE%20CARGA%20HORARIA%20DE%20%20ESTAGIO%20SUPERVISIIONADO.pdf> acesso em: 22 de jun 2018.

_____. RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/020/2006. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Estagio%20Supervisionado%20I/Resolucao_UEPB_0202006.pdf acesso em 01 de maio de 2018.

_____. RESOLUÇÃO UEPB/CONSEPE/003/2009. Disponível em: [http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/resolucao_ppp\(2\)/003-2009%20APROVA%20O%20PPP%20DO%20CURSO%20DE%20PEDAGOGIA%20-CAMPUS%20I,QUE%20REFORMULA%20O%20CURRICULO%20FIXADO%20PELA%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20035-99%20E%2004-01\(2\).pdf](http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/resolucao_ppp(2)/003-2009%20APROVA%20O%20PPP%20DO%20CURSO%20DE%20PEDAGOGIA%20-CAMPUS%20I,QUE%20REFORMULA%20O%20CURRICULO%20FIXADO%20PELA%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20035-99%20E%2004-01(2).pdf) Acesso em 05 de maio de 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

WASCHINEWSKI, Susane Costa; RABELO, Giani. **A escola agora é outra: o Programa de Assistência Brasileiro Americana ao Ensino Elementar – PABAE (1956 a 1964)**. In: **educação** | Santa Maria | v. 42 | n. 3 | p. 535-554 | set./dez. 2017. ISSN: 1984-6444. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644428089> Acesso em: 05 de jun de 2018.

_____. **Biblioteca de orientação da Professora Primária do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAE (1956-1964)**. In: Revista Linhas. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 286-314, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723819392018286/pdf> Acesso em 28 de out de 2018.

ZABALZA, Miguel A. O Estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.